

Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980

ELAINE LOURENÇO*

A greve é a cessação temporária do trabalho, decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de terem atendidas suas reivindicações específicas ao nível da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população (CATTANI, 1997:121).

A década de 1980 é nomeada pelos economistas como “a década perdida”. Se tomarmos o marco dos movimentos sociais e entre eles destacarmos o movimento sindical, esta afirmação precisa ser revista. O fim da década de 1970 registra várias greves de diferentes categorias, fenômeno que cresce ainda mais na década de 1980. Não seria exagero afirmar que quase todos os trabalhadores urbanos, militantes ou não, participaram de alguma greve nesta década.

Em 1978 os metalúrgicos da região do ABC abriram um ciclo de greves sem precedentes na história dos conflitos brasileiros. Sua principal característica durante a década foi a incorporação crescente de categorias ou segmentos de trabalhadores que jamais haviam experimentado o confronto direto. Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhões para 132 milhões (NORONHA, 1991:95).

Com os professores não foi diferente. A categoria esteve presente em várias manifestações e greves, sobretudo os que se vinculam às redes públicas. No estado de São Paulo, há duas grandes greves ainda nos anos 1970, em 1978 e 1979, que inauguram a participação dos docentes neste novo momento de lutas dos trabalhadores. A greve de 1978 foi realizada em torno de duas motivações principais: o aumento

* Professora da Universidade Nove de Julho (Uninove - SP), Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo (USP).

salarial e a luta por um novo Estatuto do Magistério que incorporasse as reivindicações dos professores. As lideranças provinham de diferentes grupos de oposição à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e se unificaram em torno da luta, criando a chamada “Comissão Aberta”, que se converteu em “Comando Geral de Greve”. O Movimento durou 24 dias e foi vitorioso, uma vez que um novo Estatuto foi votado e aprovado e houve um salto organizativo, já que diversos grupos se formaram nas regionais:

Graças ao despertar forçado do magistério paulista, frente à acelerada deterioração das condições de trabalho, dos salários, da situação funcional da grande maioria dos docentes, despertar do qual a greve de 1978 foi a mais acabada consequência, o ganho da categoria foi real (CAÇÃO, 2001:99).

Esta força adquirida em 1978 e as lutas travadas pelas oposições à diretoria da Apeoesp levaram a categoria a uma nova greve, no ano seguinte. O novo governo, de Paulo Maluf, não demonstrava nenhuma tolerância com o movimento. Quando a oposição ganhou a diretoria da Apeoesp, ele impediu o desconto em folha dos associados da entidade como forma de enfraquecê-la, já que esta não era sindicato.¹ O movimento foi duramente reprimido e isto dificultou novas conquistas:

A greve de 1979 foi derrotada pela política adotada durante o governo de Paulo Salim Maluf. Uma das medidas repressivas desencadeadas pela administração estadual, através do secretário de educação Luís Ferreira Martins, foi exigir que os diretores de escolas enviassem à secretaria as listas dos professores grevistas. Os diretores se recusaram a executar tal medida. Andando na contramão da decisão do governo estadual, a União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, cujos associados eram efetivados através de concurso público e não mediante nomeação política, lançou a seguinte palavra de ordem: “Diretor não é feitor, é educador” (FERREIRA JR, 2009:19).

¹ Os funcionários públicos só puderam se organizar em sindicatos a partir da Constituição de 1988. Esta nova condição lhes garantiria a arrecadação do Imposto Sindical, verba importante para a manutenção da entidade.

A conquista da Apeoesp pela nova direção, ligada ao *novo sindicalismo* que então se fazia presente em diferentes categorias profissionais, foi um importante impulso para as inúmeras greves realizadas na década de 1980, todas relacionadas às questões salariais. Além deste tema, outras questões estavam presentes, relacionadas à carreira docente, à defesa da escola pública e mesmo a discussões educacionais.²

Estas lutas evidenciavam, ainda, as precárias condições salariais da categoria, que já experimentara uma grande perda de poder aquisitivo. De acordo com Luiz Antonio Cunha, “o professor primário da rede estadual de São Paulo tinha o salário médio por hora equivalente a 8,7 vezes o salário mínimo, em 1967. Já em 1979, esta média havia baixado para 5,7 vezes” (CUNHA *apud* FERREIRA JR, 2009:7). O governo de Paulo Maluf, além de reprimir os professores, ainda deteriorou mais as condições salariais, retirando cinco referências da categoria, que foram objeto de luta e conquista no governo seguinte:

Em São Paulo, o achatamento salarial referido dar-se-á mais intensamente a partir de 1979, no governo Maluf, e, em 1990 os salários dos professores equivalem à quarta parte daqueles pagos em 1979. Segundo a Folha de São Paulo,³ em sete meses o professorado paulista havia passado do 6º para o 16º no ranking de salários do magistério brasileiro (CAÇÃO, 2001:101).

A eleição direta para governadores alçou o opositorista Franco Montoro (PMDB) ao executivo paulista, a partir de 1982. Esta nova conjuntura trouxe à tona antigas reivindicações e a luta por um novo Estatuto do Magistério, que foi conseguido em 1985. Os dois Estatutos (1978 e 1985) trazem importantes conquistas relativas ao estabelecimento de uma nova jornada docente, contemplando horas-atividades que são pagas para a preparação de aulas e correção de avaliações. Transformam, ainda, as horas de trabalho em horas-aula, o que diminui o tempo trabalhado em sala de aula. Nada disto, contudo, é capaz de ocultar o fato que os salários diminuem cada vez mais. A resistência a esta situação é percebida nas inúmeras greves que acontecem: de 1984 a 1995 acontecem quinze greves, o que representa quase dois anos letivos sem aulas (PALMA FILHO, 1996:319).

² Esta ampliação das lutas é detalhada por Cláudia Vianna (1999:94-95).

³ A autora refere-se a texto do jornal *Folha de São Paulo*, publicado em 01/09/1990, p. C 8.

A repressão mais uma vez está presente nestes movimentos. Um dos momentos marcantes foi a greve de 1987, já no governo de Orestes Quécia, também do PMDB, que proíbe manifestação dos docentes à frente do “Palácio do Governo”. Tal qual um rei absolutista, o chefe do Executivo lança mão de um grande aparato repressivo para impedir a chegada dos manifestantes à sede do governo, fato que foi noticiado pela imprensa paulista. No dia 8 de março, o jornal *O Estado de São Paulo* assim se referiu ao evento:

O que pregava o governador – o mesmo Orestes Quécia que em 1978, quando senador, defendia a legitimidade do direito de greve e fazia um apelo ao governo federal “para a realidade dramática dos trabalhadores em greve”, é o governador que ordenou no último dia 25 de fevereiro a repressão a 50 mil funcionários grevistas que marchavam em direção ao Palácio dos Bandeirantes. Tropa de choque, gás lacrimogêneo, helicópteros, caminhões do Corpo de Bombeiros usados contra os manifestantes que resultaram em uma professora pisoteada em meio à confusão causada pela cavalaria da Polícia Militar (CEDI, 1990:199).

O jornal aproveita para lembrar os reclamos do então senador a favor dos metalúrgicos nas famosas greves do ABC paulista em 1978, contrastando com sua postura atual. O fato é que as inúmeras greves, e os muitos dias de paralisação delas decorrentes, mostram a postura inflexível dos governos estaduais que se sucedem e que se recusam às negociações. A busca pela recomposição salarial é árdua e nem sempre é vista com bons olhos nem pela população, nem por parte dos professores que se recusam ao movimento. Ainda em 1991, Angelina Teixeira Peralva, em artigo intitulado “Professores: um movimento a se repensar”, faz considerações importantes sobre as greves e seu significado, apontando uma possível solução, que seria promover um maior encontro dos docentes com as lutas da sociedade, sobretudo as lutas dos menos favorecidos:

Uma história simples, que já tive a ocasião de apresentar em outro lugar, baseia-se na ideia de que, se os professores da rede pública são tão mal pagos, é exatamente porque servem a uma parcela desfavorecida da população brasileira. Se isso é verdade, podemos supor que a luta puramente categorial, por mais importante que seja, é por si só impotente

para reverter, ou talvez mesmo deter, o processo de proletarização da categoria. O avanço da luta pressupõe, nesse caso, a ênfase em uma política de aliança com a população, que rearticule, como no passado, a particularidade da luta dos professores com a universalidade do sentido social da sua profissão. E, porque a escola é um espaço de ensino, não se pode conceber uma política de aliança com a população, que não esteja permeada pela questão educacional (CEDI, 1990:160).

É sobre este contexto, e como ele foi vivido por professores aposentados de história, que passo a refletir agora.

Os professores e suas memórias

As décadas de 1970 e 1980 representam um período de grande expansão do sistema escolar, sobretudo no sentido de aumentar o número de alunos e de professores. Em São Paulo, na rede pública estadual, isto não foi diferente: cresceu o número de escolas, cresceu o número de professores. Neste período, ainda, diferenciou-se o público escolar com a chegada das classes populares, o que representou novos e grandes desafios para os docentes. Este crescimento, contudo, foi acompanhado passo a passo por uma desvalorização da profissão docente, seja em seu *status* na sociedade, seja na remuneração, conforme foi apresentado acima. A percepção desta realidade, entretanto, não é a mesma para todas as pessoas que lá estiveram, que desenvolveram sua carreira neste período.

As memórias aqui apresentadas referem-se a falas de entrevistas realizadas para a redação de uma tese de doutorado que examina o trabalho do professor de História na rede pública estadual paulista no período compreendido entre a promulgação da lei 5692/71 e as reformulações curriculares promovidas em meados dos anos 1980. Os docentes, contudo, ingressaram no magistério em fins dos anos 1960 e lá permaneceram até fins dos anos 1980, começo da década de 90. As suas reflexões e percepções podem ser lidas, então, à luz de toda a trajetória que realizaram. É preciso considerar, sobretudo, que suas reflexões sobre seus salários e as greves que realizaram, ou não, mostram um balanço que fazem de sua própria carreira e a satisfação que tiveram, ou não, neste percurso.

No roteiro de entrevistas não havia nenhuma menção à participação em greves e o fato destas aparecerem nas entrevistas refere-se à militância de alguns professores, ou a passagens que eles consideram significativas e, a fim de dar-lhes visibilidade, trouxeram à tona. Já em relação aos salários, havia um item que mencionava este aspecto, que se referia ao pagamento recebido no período do regime militar e pedia que se comparasse o poder aquisitivo de então com outros momentos. Este roteiro, em todas as entrevistas, foi “apropriado” pelos docentes, que o seguiam tal como um roteiro de aulas e que vez por outra abordavam as “questões” que eu havia colocado. Desta forma, é significativo que alguns professores sequer o mencionem.

A professora Yara foi a primeira entrevistada, em 2009. Ela iniciou sua carreira nos anos 1960 como professora primária, aos 18 anos. Na década de 1970, para acompanhar o marido, ela se matricula na faculdade e opta por cursar História, disciplina pela qual sempre tivera interesse. Presta o concurso de 1978, segundo seu depoimento, por insistência de outros colegas e efetiva-se no novo cargo depois de aprovada. No seu depoimento, ela discute tanto a questão salarial quanto sobre as greves.

Logo no começo da entrevista, Yara se refere a uma greve “inaugural”, ainda em 1963:

Y – Mas, olha: eu comecei a trabalhar em 63. Foi o ano da primeira greve do magistério.

E – 63?

Y – Sim. Quer saber o resto? (risos) A primeira greve do magistério aconteceu numa Semana Santa. Nós fizemos greve quinta e sexta-feira santa, que não tinha aula...

E – (risos) Para aproveitar.

Y – ... e, essa é outra tese interessante, foi conduzida pelo Centro do Professorado Paulista. O governador era o Laudo Natel, e o Laudo Natel tinha prometido um abono...

E – Que é de 73.

Y – Não, estou falando bobagem, era o Ademar de Barros. A história do Laudo Natel é mais para a frente. O Laudo Natel tinha prometido um abono de Natal e não deu, então virou um “abano de Natel”. O abono de Natal virou abano de Natel (risos).

E – Isso já é 70. Em 63, com o Ademar...

Y – 63, com o Ademar de Barros. Que também era uma figura política assim, curiosíssima, né? Foi organizada pelo Centro do Professorado Paulista. Já era um salário muito baixo. O problema é que as pessoas, os profissionais do magistério, 99% eram mulheres, que tinham um marido por trás. Então, nunca houve, assim, uma consideração maior, porque “ah, professor é um sacerdócio, uma espécie de sacerdócio. Para que ganhar?”. Então, já era baixo o salário. Aquela história de professor ganhar muito bem pode ter sido verdadeira até os anos 50, porque depois não era, não. Nunca foi. Houve uma melhora, uma melhora até significativa, no governo de Franco Montoro. Em seguida, veio o Quéricia. E aí, o Quéricia mandou cair em cima dos professores.

Já na primeira fala sobre o tema, Yara refere-se a uma greve memorável; já na primeira fala, ela aproveita para destruir o *mito do salário do professor*, ou seja, ela faz uma associação entre a feminilização do magistério e o baixo salário recebido, visto como uma “complementação” da renda familiar. Remete-se, ainda, à ideia do magistério como sacerdócio, segundo ela, ainda presente na visão que a sociedade tinha do professor. Há que se ressaltar também que, na mesma fala, ela já relaciona “greve” e “salário”, ou seja, em sua visão uma coisa se relaciona à outra. Na continuação, ela volta a um período anterior, o governo de Paulo Maluf, e lembra da repressão à greve, por meio da pressão sobre os diretores de escola:

Y – E aí, para arrematar tudo, o governo do Maluf, que foi outra tragédia, nossa senhora! No governo do Maluf, a greve durou 70 e tantos dias. (...)

E – Que é a retomada das greves de 78.

Y – Exatamente, exatamente.

E – Sim, que foi quando retomou tudo. Então, é Maluf, Montoro, não é isso? Quéricia e Fleury.

Y – Sabe que eu teria uma história legal também para contar sobre esse período? Na época dessas greves, veio uma ordem da Secretaria da Educação que os diretores deveriam mandar o nome dos professores faltosos. E eles mandaram. Menos quatro: um deles era a minha diretora, Helena Valerim Pinheiro; o outro foi o Paulo Rolim; os outros dois eu não lembro quem foram. E aí, eles foram penalizados, eles tiveram acho que um mês de afastamento, uma coisa assim. Então, foi bonita a participação deles. Foi bonito, eu me lembro, a Helena reuniu os professores e disse assim: “olha, se eu fizer o que estão pedindo, cabeças vão rolar. Então, que role a

minha”. E ela não levou a lista de faltosos. Aí, ia uma sindicância na escola, porque nós assinamos o ponto. A gente ia para a escola, não tinha aluno, mas a gente assinava o ponto. Uma das moças da secretaria levou o livro-ponto para casa, comprou um livro novo, refez o livro-ponto inteirinho, de um dia para o outro. Margarete refez tudo de um dia para o outro. Sumiu com o livro-ponto original. Chegou a sindicância, o livro: falta, falta, falta, falta, falta. Foi refeito assim, em uma noite. A moça apareceu até com olheiras. Margarete, o nome dela. Então, tem umas histórias interessantes para contar dessas greves.

Apesar de relacionar “greve” e “salário”, a professora não acredita que as primeiras trouxeram ganhos para a categoria; ao contrário, a reposição de aulas, e os inúmeros problemas que ela causava, é lembrada como a “consequência” dos movimentos:

Y – No fim, essas histórias de greve acabam sendo divertidas. Mas, nossa, foram muitas. Foram muitas greves. [pausa] Não sei se adiantaram alguma coisa, também, viu? Sabe por quê? No fim, a gente tinha de repor todos os dias, né? Então, de que adiantava?

E – Em termos salariais também. O máximo que a gente fez foi barrar algumas coisas.

Y – Nada. O Centro do Professorado, hoje, de vez em quando eles ainda falam daquela bendita greve de 63!

E – (risos) De 63! Essa é boa!

Y – Os jornais publicaram: “Mestres até na greve”. (risos) Foi uma coisa de classe! (risos)

É significativo que a docente insista, novamente, em falar da greve de 1963, e lembre até de detalhes como “mestres até na greve”,⁴ e desvalorize os ganhos, ao menos políticos, que as mobilizações dos anos 1980 trouxeram para o movimento social, notadamente o movimento sindical. Sua visão pessimista sobre as greves estende-se para o futuro da educação. Na continuidade da conversa sobre salários ela faz a seguinte reflexão:

⁴ Em texto apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação, Paula Perin Vicentini (2002:9) afirma que o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* usa a expressão “mestres até na greve”.

Y – Então, olha, todas essas promessas de mudança de educação, eu não acredito em nenhuma delas! Não acredito! Porque a educação no país não é valorizada. E não é valorizada não só pelo governo: é pela própria população. O pai que vai à escola com o dedo em riste no nariz do professor, ele não valoriza o que está sendo feito pelo filho dele. Ele não reconhece a necessidade. As pessoas estão, assim, achando que tudo vai cair do céu daqui para a frente, que a internet vai resolver tudo.

Esta visão negativa, contudo, não se refere à sua carreira, que ela encerra com a aposentadoria em 1989, mas é fruto de uma análise sobre os rumos tomados pela escola e a desvalorização desta e de seus profissionais. A última referência que ela faz às greves, já na década de 1980, é uma crítica à forma de algumas lideranças que, segundo ela, não se posicionavam corretamente frente às responsabilidades assumidas pela escola:

Y – Numa ocasião, eu era coordenadora do Ciclo Básico; Professora de História e coordenadora do Ciclo Básico. Aí, eu estava no horário do Ciclo Básico, estava na minha saleta, lá, e tinha estourado greve. A minha escola tinha decidido não entrar em greve. Aí, chegaram uns professores que eram da Comissão de Greve, todos com camiseta do PT, camiseta da CUT, uns cabelos desse tamanho, um deles de jardineira: “aí, colega, você dispensa aí...”. Eu tinha só a 1ª e 2ª séries, acho que foi num período intermediário, a 5ª série não tinha entrado ainda. “Dispensa todos eles aí, vai dispensando os alunos aí, porque nós vamos ter de entrar em greve...”. “Vamos fazer o seguinte: vocês esperam, daqui a 10 minutos é o recreio. Então, na hora do intervalo vocês conversam com as colegas; o que elas decidirem, tudo bem”. “Não, não, nós não temos tempo a perder, imagina se nós vamos esperar! Dispensa os alunos!”. Falei: “Espera um pouquinho. Eu vou bater aqui um Termo de Responsabilidade, vocês assinam e eu dispense os alunos”. “Por que Termo de Responsabilidade?” “Porque são todos crianças de 1ª e 2ª séries, que os pais vêm buscar. Se vocês quiserem que eu dispense, vocês assumam a responsabilidade. Se acontecer um atropelamento, qualquer coisa, não tenho nada com isso, foram vocês que mandaram”. Alguém quis assinar? “Ah, não, mas aí, não!” “Então, esperem os 10 minutos e conversem com os colegas”. Aí esperaram, saíram de lá com as mãos abanando, porque ninguém quis entrar em greve. Então, quer dizer, sempre teve, sabe, os maluquetes de plantão, sempre! Você acha que eu iria dispensar crianças de 1ª e 2ª séries? Você faria isso?

E – É um desrespeito com a escola, mesmo.

Y – Além do desrespeito com a escola, a responsabilidade sobre cada uma das crianças!

Yara faz questão de frisar a origem partidária dos “militantes do PT”, caracterizando-os muito mais próximos do movimento operário, do que do movimento dos professores. De alguma forma, suas lembranças da greve de 1963 são mais suaves do que a lembrança dos movimentos recentes, que não só não impediram a deterioração do salário, mas também trouxeram “novos personagens” para a luta dos professores.

A professora Arlete, entrevistada em 2010, também iniciou sua carreira como professora primária. Sua postura em relação às greves, entretanto, é bem diferente. Logo após a formatura como docente e seu ingresso na carreira, iniciou o curso de Ciências Sociais e foi lecionar para o 1º grau. Sua opção pela carreira docente, segundo seu relato, sempre foi política, atuar como professora era uma forma de militância. Este engajamento na resistência à ditadura nos anos 1970 levou-a a ser presa em uma tarde de sábado, quando voltava da escola. Permaneceu na prisão por meses e depois de libertada voltou para a escola para reassumir seu cargo. O diretor teve que aceitá-la depois que ela conseguiu um documento inédito, que afirmava que ela estivera detida e por isto faltara às aulas! O tema “greve”, portanto, faz parte de sua trajetória e aparece pela primeira vez na entrevista quando ela relata que assumira um cargo de docente na prefeitura no governo de Jânio Quadros, na década de 1980, e desistira deste em função de sua aprovação em outro concurso, na rede estadual. Um dos motivos, segundo ela, foi a repressão sobre o movimento, a atribuição de faltas injustificadas. Além disto, a jornada era excessiva e a obrigatoria a inúmeros deslocamentos.

Em outro momento, ela retoma o tema das greves e afirma que sua participação nelas refletiu até mesmo em sua aposentadoria:

A – Na época da aposentadoria eu tive que ficar mais um ano. Por conta das greves eu tinha um número muito grande de faltas injustificadas e daí não consegui, tive que ficar mais um ano. Aliás, eu me aposentei em greve (risos). Quando saiu a aposentadoria, eu estava em greve! Nesse período eu militava na Apeoesp, né, fazia um trabalho sindical, Conselheira da Apeoesp, aí percorria as escolas e tal. Então, além da questão da jornada que era puxada, ainda tinha a militância sindical que também era bastante difícil

Mas era muito bom. Eu acho que era uma forma da gente conhecer a rede, conhecer os professores de várias escolas. Eu acho que isso foi muito rico porque a gente acabava, não ficava restrito só à questão sindical, você acabava trocando de sala de aula, né. Foi bom, foi bem interessante.

A greve e a militância adquirem um valor positivo, é uma forma de conhecer pessoas, de trocar experiências, de ampliar os horizontes de atuação. Havia, entretanto, um saldo negativo nos movimentos, que se expressava na divisão que as greves causavam no interior da escola:

A – A greve dividia o grupo. E isso trazia consequências depois para o trabalho, por incrível que pareça. Não deveria ser assim, mas era. Ou porque um grupo entrava em greve, outro grupo não entrava, e nós... Tinha o grupo do PT, o grupo do PCdoB, quando PT e PCdoB se odiavam... Não, eram aliados, né? Aí juntavam todos, grande parte das pessoas militava na Apeoesp, então vinha toda aquela disputa nas eleições e tal. Era meio complicado, isso acabou meio que dividindo. Lógico que não foi por isso que o Projeto Noturno acabou. Acabou porque mudou de governador, o próximo Secretário não bancou. A gente tentou bancar um tempo. E também foi pulverizando muito o pessoal que ia entrando no Américo [refere-se à escola “Américo de Moura” e ao projeto implantado], aí a gente não conseguiu manter. Porque isso precisa ter um grupo muito interessado porque você não ganha mais pra fazer isso. Então, tem que acreditar.

A militância partidária não era um problema em si, mas sim o fato de que esta causava disputas que refletiam no ambiente escolar. Aqui, para Arlete, os militantes partidários não eram “estranhos” ao ambiente escolar, faziam parte do contexto.

Não há, em toda a entrevista, nenhuma menção à palavra “salário”. A única menção que ela faz aos pagamentos é quando comenta que havia professores que não tinham compromisso com a educação, que liam jornal na sala de aula, que se justificavam porque dizendo que o salário era baixo. Ela comenta que estes sequer se mobilizavam para “ganhar melhor”, ou seja, os movimentos seriam capazes de levar a melhores salários, embora ela não mencione esta palavra. A impressão que fica é que as greves eram mais importantes do que as conquistas, ou não, que elas traziam.

Em outro sentido caminha a entrevista com o professor Guilherme. Sua opção pelo magistério, segundo seu relato, foi casual, porque tinha intenção de cursar

Arquitetura e não conseguiu ingressar pelo vestibular. O desencanto com a situação levou-o a procurar “qualquer carreira” e decidiu cursar Pedagogia. Ingressou como docente nos cursos de formação de professores e, depois de cursar Estudos Sociais, atuou como docente de Educação Moral e Cívica e de História.

Em seu relato, a comparação presente/passado é muito constante, ele deixa claro que sua carreira havia se iniciado em *um* momento e que se encerrara em *outro*. Ele percebe estas mudanças nos cenários da escola e faz um contraste entre o tempo idílico do começo de sua trajetória e a decadência do ambiente escolar quando se aposentou. Em sua entrevista, a palavra “greve” não é mencionada, mas a palavra “salário” aparece justamente para compor os bons tempos do início:

G – Ah, o salário era ótimo no Estado. Deu para comprar esse apartamento, eu tinha carro do ano todo ano quase, pelo menos de dois em dois anos. Era muito bom, depois foi decaindo. Na realidade, começou uma campanha contra os professores, né? Nessa época daí. Porque a gente, enquanto líder de classe, de aula, eu quero dizer, alguns dá pra você fazer a cabeça, sabe? Eu sempre trabalhei contra isso, eu não gosto de fazer cabeça, tanto que no magistério a gente trabalhava assim, ali no Derville Allegretti, [Escola de formação de professores – pertence à rede municipal de ensino] no sentido de formar o espírito crítico nos alunos, sabe? E, quando chegava no quarto ano do magistério, era insuportável, porque era assim o espírito crítico tão formado que elas colocavam em xeque tudo o que você falava. Eu detestava dar aula no quarto ano, mas com satisfação, porque a gente conseguia o objetivo que a gente tinha se proposto. Tem outra coisa, tinham alguns professores que achavam que Magistério era um Sacerdócio, etc. e tal, e eu trabalhava contra isso com as alunas do Magistério. Eu falava: “No magistério, ninguém faz voto de pobreza, de castidade e de obediência. Não é isso, é uma profissão igual a outra qualquer, você ganha por aula, você dá a tua aula, tá ganho, acabou”. Tem que pagar, não é? Agora, de lá pra cá... Bom, faz 10 anos que a gente não tem um aumento considerável, tem assim 2%, 1% difícil.

Esta é a única fala do professor que se refere aos salários e, como tantas outras, marca o contraste entre um passado de glória e um presente de miséria, no qual nem se consegue aumentos salariais. É certo que os professores da rede pública, notadamente os aposentados, têm recebido aumentos quase insignificantes, o que certamente reduziu seu

poder aquisitivo. O fato é que entre todos os entrevistados, apenas o professor Guilherme se refere a isto, faz questão de mencionar o fato.

As diferentes percepções dos professores aqui apresentadas sobre os movimentos grevistas e a relação destes com os salários mostra que, para além da História que resgata os grandes eventos do passado, é possível construir uma outra História, que identifica e traz para o presente os relatos dos que viveram o período, com todo o colorido de suas memórias, com todo o barulho das greves, das passeatas, das assembleias ruidosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

CATTANI, Antonio David. Greve. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e tecnologia – Dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). *Educação no Brasil 1987-1988*. São Paulo: CEDI, 1990.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR, Armando (et al). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento de professores e organizações de esquerda na ditadura militar. In: *Associativismo e sindicalismo docente no Brasil – Seminário para discussão de pesquisa e constituição de rede de pesquisadores*. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Disponível em: http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/ferreira_jr.pdf

PALMA FILHO, João Cardoso. *As reformas curriculares do ensino estadual paulista no período de 1960 a 1990*. Tese (Doutorado em Educação: Supervisão e Currículo). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 1996.

VIANNA, Cláudia. *Os nós do “nós”: Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. Os professores secundários no Brasil entre o ensino público e o particular: uma análise do movimento de organização da categoria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1945-1964). *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. História e memória da educação brasileira. Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0346.pdf>

DEPOIMENTOS

Entrevista de Arlete. São Paulo, 26 de março de 2010.

Entrevista de Guilherme. São Paulo, 31 de agosto de 2010.

Entrevista de Yara. São Paulo, 28 de abril de 2009.